

HIV NO AMBIENTE PRISIONAL: FATORES DE RISCO ASSOCIADOS À INFECÇÃO

DOI: 10.53524/lit.edt.978-65-84528-08-6/16

Bruno Victor Barros Cabral

Graduando, Enfermagem, Universidade Estadual do Ceará
bruno.barros@aluno.uece.br

Isadora Porto de Andrade

Graduando, Enfermagem, Universidade Estadual do Ceará
isadoraporto14@gmail.com

George Jó Bezerra Sousa

Mestre, Enfermagem, Universidade Estadual do Ceará
george.jo@aluno.uece.br

Resumo

Introdução: A infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV) agente causador da Síndrome da Imunodeficiência Humana (Aids) é um problema de saúde pública, sendo considerado uma das mais graves infecções sexualmente transmissíveis. O perfil do público alvo da infecção percorreu vários grupos sociais. Entretanto, em estudos recentes, observa-se elevado número de notificações na população privada de liberdade (PPL) quando comparada com a população geral.

Objetivo: Evidenciar os fatores de risco associados à infecção por HIV na população privada de liberdade. **Métodos:** Este estudo trata-se de uma revisão narrativa de literatura. Para a elaboração desta revisão foi utilizada a seguinte pergunta norteadora: “Quais os fatores de risco associados à infecção por HIV na população privada de liberdade?”. O período de busca do material ocorreu em fevereiro e março de 2022. **Resultados e Discussão:** Ao analisar-se a literatura, observa-se alguns fatores de risco associados à infecção na população privada de liberdade, tais como o uso de álcool e outras drogas. Outro aspecto que propicia situações de risco está relacionado às condições precárias de encarceramento; com celas superlotadas, mal iluminadas e pouco ventiladas. A carência educacional também é outro fator de risco que influencia diretamente esta população, tendo em vista que não somente impacta em situações de risco a contaminação. A influência da falta de informação poder ser evidenciada na baixa frequência de uso do preservativo nas relações sexuais em pessoas privadas de liberdade, em que pouco se observa conhecimento sobre a finalidade do uso de tal método preventivo. **Conclusão:** O conhecimento de tais fatores é essencial para a implementação de ações e planejamentos em saúde que possuam como finalidade combater carências educacionais e assistências que incentivem o autocuidado e a promoção da saúde em PPL, tendo em vista o contexto existente de estigmatização social e a negligência relacionadas a esta população.

Palavras-chave: HIV; Aids; Pessoas privadas de liberdade.

Eixo Temático: Doenças Transmissíveis.

E-mail do autor principal: bruno.barros@aluno.uece.br

1 INTRODUÇÃO

A infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV) agente causador da Síndrome da Imunodeficiência Humana (Aids) é um problema de saúde pública, sendo esse considerado uma das mais graves infecções sexualmente transmissíveis (IST) (LIMA *et al.*, 2017). O vírus atinge células do sistema imunológico, em principal linfócitos T CD4+. É por meio dessa invasão celular que o HIV faz cópias de si e se espalha pelo organismo, podendo se manter incubado por um longo período ou se manifestando, após um tempo, na forma de Aids (BRASIL, 2015).

Do primeiro caso identificado no Brasil até os dias de hoje, o perfil do público alvo da infecção percorreu vários grupos sociais. Entretanto, em estudos recentes, observa-se elevado número de notificações na população privada de liberdade (PPL) quando comparada com a população geral (LIMA *et al.*, 2017).

Atrelados a essa população estão diversos fatores de risco que os colocam em alerta para infecção pelo HIV dentro do sistema carcerário brasileiro. Assim, ela se enquadra como um problema que muitas vezes o sistema público não consegue alcançar, embora seja um dever do estado prover saúde e medidas que propiciem um atendimento pautado nas necessidades dos indivíduos (LIMA *et al.*, 2017)

Mesmo com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) - que oferece ações de promoção da saúde, assim como prevenção dos agravos para toda a população privada de liberdade - é identificado que doenças encontradas de forma branda fora do sistema podem ser potencializadas dentro desse cenário (BRASIL, 2014).

Diante disso o seguinte trabalho foi desenvolvido pautando como objetivo evidenciar os fatores de risco associados à infecção por HIV na população privada de liberdade

2 MÉTODOS

Este estudo trata-se de uma revisão narrativa de literatura. Rother (2007) define esse tipo revisão como uma produção de abordagem ampla, sendo essa apropriada para descrever e discutir o desenvolvimento de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou conceitual, de modo a permitir tratar sobre atualizações em temáticas específicas num curto período de tempo.

Para a elaboração desta revisão foi utilizada a seguinte pergunta norteadora: “Quais os fatores de risco associados à infecção por HIV na população privada de liberdade?”. O período de busca do material ocorreu entre os meses de fevereiro e março de 2022, sendo essa realizada na BVS (Biblioteca Virtual em Saúde). Para a busca, foram utilizados os seguintes descritores (DeCS/MeSH): "HIV", "Aids", "Pessoas privadas de liberdade", associados aos operadores booleanos “AND”.

Os critérios de inclusão foram: artigos disponíveis na íntegra, publicados nos idiomas português, inglês e espanhol. Foram excluídos artigos duplicados, monografias, dissertações, teses e outras revisões (narrativas, sistemáticas, integrativas ou de escopo). Não foi utilizada de filtragem por ano de publicação, a fim de abranger o maior número de publicações.

Após a filtragem inicial, os textos selecionados foram lidos integralmente. Os conteúdos neles contidos foram sintetizados de modo a promover a interpretação do conteúdo em resultados passíveis de discussão. A amostra final foi de dez (n=10) artigos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sobre os textos selecionados, cinco (n=5) artigos estavam vinculados a LILACS, quatro (n=4) a MEDLINE e um (n=1) a BDNF. Quanto ao idioma de publicação, seis (n=6) textos foram publicados em português e quatro (n=4) em inglês. Estes artigos foram organizados no Quadro 1 de modo a visualizar suas principais variáveis de interesse: autores, ano de publicação, método e principais resultados.

Quadro 1: Variáveis de interesse do estudo.

Autor	Ano	Método	Principais Resultados
Araújo <i>et al.</i>	2018	Estudo Transversal	É pertinente a associação da carência educacional com a criminalidade. Além da preocupação da inserção de adultos nas escolas, há uma também preocupação com a educação no sistema prisional, que ainda apresenta baixos índices.
Carbone <i>et</i>	2017	Estudo multicêntrico	Apesar do reconhecimento

<i>al.</i>			dos presos como população de alto risco, encontra-se um número ainda maior de HIV não diagnosticados neste grupo. Esses resultados indicam que o teste de HIV deve ser oferecido após a admissão a todos os prisioneiros.
Cordeiro <i>et al.</i>	2018	Estudo documental	Um dos aspectos que justifica o alto índice de tais doenças e agravos são as condições precárias do encarceramento que a população privada de liberdade está sujeita: celas superlotadas, pouco ventiladas e iluminadas, associadas à má higienização, ao sedentarismo e ao uso de drogas.
Fuge; Tsourtos; Miller	2021	Estudo qualitativo	A prestação de aconselhamento apropriado para prisioneiros durante o diagnóstico e reduzindo o estigma social criando consciência sobre HIV entre os membros da comunidade prisional.
Meyer <i>et al.</i>	2014	Estudo retrospectivo	A supressão viral pode ser alcançada com sucesso durante o encarceramento quando os recursos apropriados são fornecidos. Os contribuintes para o gerenciamento bem-sucedido do HIV em estabelecimentos correcionais incluem ambientes altamente estruturados.
Miranda <i>et al.</i>	2021	Estudo exploratório descritivo de abordagem qualitativa	Obstáculos como superpopulação carcerária, déficit de pessoal nas equipes de saúde e de segurança, necessidade de treinamentos e capacitações e insuficiência de equipamentos, materiais ou outros recursos necessários à prevenção, diagnóstico,

			tratamento e monitoramento de casos no ambiente prisional.
Péres <i>et al.</i>	2002	Estudo Transversal	O alto índice de comportamentos de risco e baixo uso de preservativo são coerentes com vários estudos que chamam a atenção para o grau de vulnerabilidade dessa população com respeito à infecção pelo HIV, ao uso de drogas e à violência
Sánchez <i>et al.</i>	2021	Estudo ecológico	O impacto do HIV/aids na mortalidade prisional, quatro vezes superior entre PPL quando comparadas à população geral, poderia ter sido evitado, em particular, com oferta sistemática de teste rápido para HIV, especialmente no momento do ingresso na prisão.
Sousa <i>et al.</i>	2017	Estudo Transversal	Entre os principais fatores de risco determinantes para ocasionar as necessidades de saúde da população privada de liberdade, destacam-se superlotação, ato sexual inseguro, principalmente por violência, uso de drogas e compartilhamento de material cortante.
Trigueiro <i>et al.</i>	2016	Estudo exploratório e descritivo	A ausência de entendimento e a discriminação se constituem obstáculos que impedem ou dificultam o acesso aos cuidados de saúde. Quando um determinado grupo sofre discriminação, abuso e repressão, existe uma maior chance de não procurar testagem, prevenção ou serviço de tratamento para aids.

Fonte: Autores, 2022.

Ao analisar-se a literatura, observa-se alguns fatores de risco associados à infecção por HIV na população privada de liberdade. Araújo *et al.* (2018), ao estudar

a presença do vírus nessa população, identificou hábitos frequentes entre a população carcerária, tais como o uso de álcool. O álcool, nesse contexto, é um agente que altera a capacidade de discernimento dos indivíduos, assim promovendo situações de risco à saúde dessas pessoas (SOUSA *et al.*, 2017).

O uso drogas ilícitas também é frequentemente descrito nesta população onde o uso de substâncias inalatórias e injetáveis são as mais preocupantes. Dessas, o uso de injetáveis é umas das principais formas de contaminação, pois o compartilhamento de material perfurocortante entre os usuários é uma realidade (PERES *et al.*, 2002; ARAÚJO *et al.*, 2018; CORDEIRO *et al.*, 2018).

Além disso, o estudo de Sousa *et al.* (2017) levantou que o uso de drogas também é realizado previamente as relações sexuais dessa população. Tal consumo prévio favorece uma ação vasoconstritora durante a relação, o que pode diminuir a secreção reto-vaginal. Assim, por conseguinte, aumentando a probabilidade da ocorrência de fissuras e escoriação nesses tecidos, o que favorece a transmissão viral (SOUSA *et al.*, 2017).

Outro aspecto que propicia situações de risco está relacionado às condições precárias de encarceramento; com celas superlotadas, mal iluminadas e pouco ventiladas. Essas condições associadas ao déficit de profissionais de saúde dificultam ações de prevenção, diagnóstico prévio e monitoramento dos casos, aumentando assim os índices de infecção (CORDEIRO *et al.*, 2018; MIRANDA *et al.*, 2021). Tal situação favorece que haja uma superficialidade na investigação do vírus, o que propicia um aumento de casos de HIV que não são diagnosticados previamente, assim facilitando sua evolução clínica (CARBONE *et al.*, 2017).

Soma-se às más condições do cárcere e a densidade populacional, as condições precárias de higiene e nutrição. Esses fatores reduzem as oportunidades de auto cuidado, o que além de facilitar a ocorrência da infecção, agravam o sofrimento do sujeito que já vive com HIV/Aids (TRIGUEIRO *et al.*, 2016).

Nesse contexto, a ausência de assistência efetiva na promoção do entendimento do autocuidado constitui um obstáculo que deve ser superado. Portanto, atuação profissional na prestação de cuidados, que vão desde ações de educação sobre o vírus a realização de testes rápidos como prevenção e orientação sobre o uso das medicações, torna-se de vital importância (ARAÚJO *et al.*, 2018; FUGE *et al.*, 2021; MEYER *et al.*, 2014; SANCHÉZ *et al.*, 2021).

A carência educacional também é outro fator de risco que influencia diretamente esta população, tendo em vista que não somente impacta em situações de risco a contaminação, mas também fomenta o estigma e a discriminação acerca do HIV no ambiente prisional (ARAUJO *et al.*, 2018; FUGE; TSOURTOS; MILLER, 2021). Essa discriminação se reflete em repulsa a qualquer informação sobre a temática, reduzindo as chances de procura de assistência à saúde, favorecendo ainda mais o aumento dos casos (TRIGUEIRO *et al.*, 2016).

A influência da falta de informação poder ser evidenciada na baixa frequência de uso do preservativo nas relações sexuais em pessoas privadas de liberdade, em que pouco se observa conhecimento sobre a finalidade do uso de tal método preventivo (ARAUJO *et al.*, 2018; PERES *et al.*, 2002). Além disso, há o impacto da população já diagnosticada na questão de adesão ao tratamento, em que essas pessoas possuem demonstram mais dificuldade na compreensão da importância do uso de tais medicamentos (CORDEIRO *et al.*, 2018; MEYER *et al.*, 2014).

4 CONCLUSÃO

A população privada de liberdade apresenta fatores atrelados à infecção pelo HIV que são mais abundantes em comparativo a população não carcerária. O uso de álcool e drogas e o comportamento de risco, como a não utilização de preservativos propiciam uma maior suscetibilidade a infecção.

Além disso, condições precárias e de superlotação identificadas nos presídios associadas a um déficit de profissionais da saúde dificultam atividades como de rastreamento, dando abertura para que a doença se espalhe e se desenvolva no indivíduo com maior facilidade.

Por fim, o conhecimento de tais fatores é essencial para a implementação de ações e planejamentos em saúde que possuam como finalidade combater carências educacionais e assistências que incentivem o autocuidado e a promoção da saúde em PPL, tendo em vista o contexto existente de estigmatização social e a negligência relacionadas a esta população.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, T.M.E. *et al.* Vulnerabilidade de pessoas privadas de liberdade ao vírus da imunodeficiência humana. **Revista Cubana de Enfermería**. v.34, n.4. 2018;. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0864-03192018000400009. Acesso em: 28 de fev. 2022.

BRASIL, Ministério da saúde. O que é HIV. **Doenças de Condições Crônicas e Infecção Sexualmente Transmissível**. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/o-que-e-hiv>. Acesso em: 05 de abr. 2022

BRASIL. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional. 1. Ed – Brasília: Ministério da Saúde. 60 p. 2014. Disponível em: <http://www.as.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/Cartilha-PNAISP.pdf>. Acesso em: 05 de abr. 2022.

CARBONE, A.S.S. *et al.* Estudo multicêntrico da prevalência de tuberculose e HIV na população carcerária do Estado do Mato Grosso do Sul. **Com. Ciências Saúde**. v. 28, n. 1, p. 53-57. 2017. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/periodicos/ccs_artigos/estudo_multicentrico.pdf. Acesso em: 18 de mar. 2022.

CORDEIRO, E.L. *et al.* Perfil epidemiológico dos detentos: patologias notificáveis. **av.enferm.**, Bogotá, v. 36, n. 2, p. 170-178. 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-45002018000200170&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 de mar. 2022.

FUGE, T.G.; TSOURTOS, G.; MILLER, E.R. Various structural factors influenced early antiretroviral therapy initiation amongst HIV infected prisoners: a qualitative exploration in South Ethiopia. **BMC Public Health** v.21, 2021. Disponível: <https://doi.org/10.1186/s12889-021-11499-w>. Acesso em: 01 de mar. 2022.

LIMA, F.R.M.U. *et al.* Assistência à saúde no sistema penitenciário em indivíduos portadores de HIV. **Ciências Biológicas e de Saúde Unit**, Alagoas, v. 4, n. 2, p. 251-258, nov. 2017. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/fitsbiosauade/article/view/4548>. Acesso em: 03 de mar. 2022.

MEYER, J.P. *et al.* Optimization of Human Immunodeficiency Virus Treatment During Incarceration Viral Suppression at the Prison Gate. **JAMA Intern Med**. v.174, n. 5, p. 721-729. 2014. Disponível em: <https://doi:10.1001/jamainternmed.2014.601>. Acesso em: 02 de mar. 2022.

MIRANDA, N.C. *et al.* Assistência de enfermagem em ambiente prisional e exposição ocupacional à tuberculose e ao HIV. **Enferm Foco**. v. 12, n.4, p. 652-8. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21675/2357-707X.2021.v12.n4.4416>. Acesso em: 28 de fev. 2022.

PERES, C.A. *et al.* Prevenção da Aids com adolescentes encarcerados em São Paulo, SP. **Revista de Saúde Pública**. v. 36, n. 4, p. 76-81. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102002000500011>. Acesso em: 02 de mar. 2022.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**. São Paulo, v.20. n.2, p.5-6, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Acesso em 27 mar. 2022.

SÁNCHEZ, A. *et al.* Mortalidade e causas de óbitos nas prisões do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**. v. 37, n.9. 2021. Disponível em: <https://10.1590/0102-311X00224920>. Acesso em: 02 de mar. 2022.

SOUSA, K.A.A. *et al.* Factors associated with HIV prevalence in a prison population. **Rev Esc Enferm USP**. v. 51. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1980-220X2016040903274>. Acesso em: 01 de mar. 2022.

TRIGUEIRO, D.R.S.G. *et al.* AIDS and jail: social representations of women in freedom deprivation situations. **Rev Esc Enferm USP**. v.50, n.4, p. 554-561. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-623420160000500003>. Acesso em: 02 de mar. 2022.